

O TEXTO LITERÁRIO COMO PROPEDÊUTICA DO TEXTO FILOSÓFICO CONSIDERAÇÕES A PROPÓSITO DE UM PROJECTO DE TRABALHO

*Maria Luísa Ribeiro Ferreira**

A minha comunicação não irá versar sobre o complexo problema das relações entre filosofia e literatura pois apenas concretiza as possíveis articulações de ambas, relatando uma experiência. Com ela pretendo evidenciar o modo como um texto literário pode contribuir para o levantamento de certos problemas filosóficos, ajudando simultaneamente à compreensão do que é a filosofia e de quais as suas fronteiras.

As considerações que se seguem colocam-se na sequência de um trabalho realizado no âmbito do seminário de «Didáctica da Filosofia e Conteúdos Programáticos», no ano de 1993/4, devendo muito às sugestões e críticas dos professores que nele participaram. De grande ajuda foi também o contributo de Maria Fernanda Henriques sobre as implicações filosóficas do conto «A Viagem» de Sophia de Melo Breyner Andersen¹.

* Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

¹ Para além da informação que colhemos numa sessão do referido seminário, consultámos desta autora: «Da Metáfora ao Conceito ou a legitimidade do uso do texto literário na aula de filosofia» in *Desenvolvimento curricular e didáctica das disciplinas*, Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1994, pp. 495- 504, bem como *Igualdades e diferenças*, Porto Editora, 1994.

1. Um preconceito a derrubar

O novo programa de filosofia do Ensino Secundário inclui como temática inicial a rubrica «Do vivido ao pensado». É seu pressuposto que é possível transformar as vivências dos alunos num pensamento reflexivo, passando-se gradualmente da experiência quotidiana para uma visão elaborada e mediatizada do real – o almejado registo filosófico.

A prática de observação de aulas no que respeita a esta matéria, corroborada por testemunhos de professores estagiários, leva-me a concluir que a dificuldade se coloca mais nas rupturas que é necessário estabelecer do que na continuidade desejada entre a experiência comum e as suas diferentes configurações. Explicando melhor: há certas ideias feitas que os alunos trazem relativamente à filosofia e que urge de imediato ponderar, visto que, nas mais das vezes, é preciso desconstruí-las e mesmo derrubá-las. Centro-me particularmente numa: a confusão entre opinião e filosofia, com a conseqüente crença de que tudo é filosoficamente recuperável. É uma tese reforçada inconscientemente por certas práticas pedagógicas, à primeira vista motivadoras e cuja validade e operatividade ninguém contesta. Práticas que, se não forem acauteladas, poderão constituir verdadeiras perversões quanto à compreensão do filosofar. Na verdade é devido a elas que a questão realmente pertinente da problematicidade da filosofia desemboca numa concepção da mesma enquanto território sem fronteiras. A filosofia torna-se uma espécie de «no man's land», um espaço indefinido e abrangente no qual todos os discursos são aceites e todas as problematizações têm cabimento.

Um desses comportamentos perversos – e desigño-os deste modo porque ao quererem motivar mais não fazem do que reforçar certas ideias feitas – é sem dúvida a utilização inábil de textos não filosóficos, nomeadamente de textos literários. É habitual (e longe de mim criticá-lo) o uso de textos variados (recortes de jornais, poesias, provérbios, textos clássicos etc., etc.) com o intuito de a partir deles se chegar à filosofia. Mas é também corrente a inevitável sutura entre a poesia que se leu e o trabalho filosófico que se lhe deverá seguir. Porque, depois de entendido e comentado um conto de Borges, um extracto de Brecht ou qualquer peça do mesmo género, há que fazer uma ponte para o trabalho filosófico. E aqui instala-se um certo mal-estar pois a passagem não é fácil. As soluções mais comuns oscilam entre o corte e a identificação. No primeiro caso, o uso do texto literário torna-se quase inútil transformando-se em simples motivação gratuita ou mero passa tempo. No segundo, o texto literário é encarado em si mesmo como texto filosófico, corroborando-se o preconceito de que tudo é ou pode ser filosofia e de que esta não tem qualquer especificidade.

2. Alguns pontos prévios

Para melhor esclarecimento dos objectivos desta comunicação interessa definir os pressupostos que de um modo mais ou menos explícito estiveram presentes na sua feitura:

1. *O carácter eminentemente poiético da filosofia*². Os alunos do secundário deverão, tão cedo quanto possível, tomar consciência de que a filosofia é um «fazer-se» e de que ela só se manifesta a partir de um trabalho. Neste caso o trabalho de texto aparecerá como um meio privilegiado da prática filosófica. À semelhança da metáfora do martelo, usada por Espinosa no *Tratado da Reforma do Entendimento* (para forjar o ferro os homens precisam de um martelo, mas só sabem o que é um martelo quando o fabricam)³ os alunos só compreenderão o que é a filosofia na medida em que a praticarem. E se a praticarem mal, ficarão com uma ideia errada do que ela é.

2. *O carácter eminentemente hermenêutico da filosofia*. Importa perceber que ela é aprendizagem de um «dizer» e de um «dizer-se», que é uma iniciação progressiva que implica a leitura, compreensão e fruição de textos de outrem, mas que para se consolidar exige a produção de um texto próprio.

3. *O estatuto filosófico da didáctica da filosofia*. De facto, esta não se reduz a uma aprendizagem de técnicas nem a um conjunto de receitas. Apresenta-se sim como o espaço em que a filosofia se problematiza, se justifica e no qual tematiza as suas competências.

4. *A possibilidade de fundamentar filosoficamente as opções tomadas*. A didáctica da filosofia encontra em si mesma os seus instrumentos de trabalho, não estando dependente no seu «fieri» dos métodos e técnicas de disciplinas afins. Por isso optámos por um modelo de leitura e interpretação textual colhido directamente de um filósofo.

3. O relato de um trabalho

Procurámos concretizar estes pontos no tratamento da rubrica opcional que finaliza o programa de filosofia do 10º ano. Escolhemos como tema «a viagem» e recorremos a dois textos: o conto de Sophia de Melo Breyner Andersen com o mesmo nome, e as duas primeiras meditações metafísicas de Descartes⁴. Trata-se de textos curtos que pelo seu carácter narrativo se

² Vide, Joaquim Cerqueira Gonçalves, *Fazer Filosofia. Como e Onde?*, Braga, 1990, pp. 11-20.

³ Bento de Espinosa, *Tratado da Reforma do Entendimento*, §§30 e 31, Lisboa, Edições 70, 1987, pp. 38-40.

⁴ Sophia de Mello Breyner Andersen, *Contos Exemplares*, Lisboa, Portugalíia, 1966,

tornam relativamente fáceis de apreender. Ambos ilustram sobremaneira o que entendemos por texto – «textus» – um tecido, uma trama, numa palavra, uma unidade semântica.

Cada texto foi trabalhado separadamente, mas por uma questão de economia apresentamo – los em paralelo. Como metodologia, adoptámos (adaptando-as) as orientações de Paul Ricoeur em «O que é um texto?» e «Teoria da Interpretação»⁵.

Num primeiro tempo de carácter holístico, procurámos que os alunos captassem, embora de um modo incipiente e algo ingénuo, o sentido geral dos textos. Para tal foi-lhes pedido um resumo bem como o destaque daquilo que mais os interpelara. Tentou-se portanto uma apropriação genérica, não rigorosa, com o objectivo de os situar.

As reacções foram diversas, desde a confusão suscitada pela perda progressiva de pontos de referência⁶ até à consciencialização da viagem como metáfora da temporalidade e do devir. Algumas interpretações traçaram um percurso paralelo de duas viagens, uma exterior e outra interior, uma concretizada na modalidade física de percurso de uma estrada, outra na modalidade existencial de busca depuradora de um sujeito.

Resolvida esta etapa, os textos tornaram-se significativos, intrigaram e provocaram o grau desejado de curiosidade e inquietação que permitiu e dinamizou a prossecução do trabalho.

Passou-se então a uma segunda fase: a abordagem estrutural. Nesta, segundo Ricoeur, o texto não tem um exterior mas apenas um interior, revestindo-se de um carácter fechado⁷. Assim, os textos foram considerados em si mesmos, como todos autónomos, dotados de estrutura própria.

No que respeita ao conto, os alunos destacaram os marcos essenciais, integrando-os num espaço e num tempo determinados. Assinalaram as várias paragens e encontros e deram relevo às múltiplas evanescências do real.

No caso de Descartes, traçou-se um percurso paralelo, iniciado na dúvida e tendo como termo o «cogito». Relevaram-se os diferentes momentos dubitativos, os núcleos de resistência que levavam a que a dúvida fosse pontualmente travada e os critérios epistémicos que permitiram progressivamente a sua superação.

pp. 87-117; Descartes, *Meditações sobre a Filosofia Primeira*, Coimbra, Almedina, 1976, pp. 105-133. Embora o texto de Descartes se insira num percurso mais lato pois o programa traçado vai prolongar-se por mais quatro etapas, pareceu-nos que a selecção feita constituía em si mesma uma unidade.

⁵ Paul Ricoeur, «O que é um texto?», in *Do texto à Acção*, Porto, Rés, s.d., pp. 141-162 e *Teoria da Interpretação*, Lisboa, Edições 70, 1987, pp. 83-100.

⁶ No texto de Sophia queixavam-se de inteligibilidade, no de Descartes de absurdo.

⁷ *Teoria da Interpretação*, p. 93.

Visto que cada um dos textos se constituía como uma narrativa, com uma dada continuidade e com momentos identificáveis, a representação diagramática surgiu como ajuda possível para a compreensão das diferentes unidades constitutivas. Seguindo as sugestões de Maria Fernanda Henriques, os alunos foram então solicitados a representar visualmente os textos lidos, produzindo diagramas, desenhos, colagens, etc.

Não se tratou de um mero jogo mas de um exercício que permitisse aceder à organização interna dos textos, à sua estrutura, e que simultaneamente revelasse a sua dinâmica profunda.

Interessava que no texto da escritora fosse estabelecida a sintonia entre o avançar na estrada e a lenta conquista de uma identidade pessoal, que se consciencializasse o modo como o desaparecimento sucessivo de lugares, de coisas e de pessoas era acompanhado de um sentimento de solidão e de angústia, simultâneo ao agudizar da necessidade de um referente sólido.

Paralelamente a este trajecto os alunos perceberam que nas duas meditações cartesianas também se tratava de uma procura de identidade em que o real progressivamente se anulava, até à obtenção de um conjunto irreduzível de verdades indubitáveis. Foi-lhes fácil perceber a diferença de metas. No conto, um eu que não se basta e que se salva apelando para os outros: «Do outro lado do abismo está com certeza alguém. E começou a chamar»⁸. Em Descartes um sujeito pensante que constitui o ponto arquimédico a partir do qual é possível construir o mundo: «De maneira que depois de ter pesado e repesado muito bem tudo isto, deve por último concluir-se que esta proposição *Eu sou, eu existo*, sempre que proferida por mim ou concebida pelo espírito, é necessariamente verdadeira»⁹.

Estava aberto o caminho para a terceira fase : a abordagem compreensiva. Na verdade, se a leitura estrutural é uma semântica de superfície¹⁰, a interpretação compreensiva leva a uma semântica de profundidade. É ela que nos dá o referente último do texto, permitindo que este adquira um outro sentido, penetrando na situação do leitor. O texto torna-se familiar, insere-se no discurso e nos problemas de quem o lê. Não interessa tanto a apropriação do que o autor pretendeu escrever mas sim a compreensão das virtualidades do texto, dos mundos que ele abre.

No que respeita ao conto, os alunos detectaram como temáticas significativas o tempo, a mudança, a natureza, a angústia, a morte, o espanto, o sentido. Numa palavra perceberam que estava em causa a condição humana. Com Descartes tomaram consciência da fragilidade dos critérios de verdade : os sentidos, a imaginação, a razão científica.

⁸ Sophia de Mello Breyner, *ob. cit.* p. 117.

⁹ Descartes, *Segunda Meditação*, p. 119.

¹⁰ Ricoeur, *Teoria da Interpretação*, p. 98.

Nesta fase foi-lhes possível interrogar os textos, estabelecendo com eles uma conversa. O que implicou conseguir responder a questões do tipo: Quais os pressupostos de que partem os textos? O que pretendem eles dizer? Por que razão o dizem? A quem falam os textos? O que me dizem a mim?

Tornou-se claro que a actualidade de um texto reside nas projecções de quem o lê, e que estas anulam a dicotomia sujeito/objecto. Percebeu-se que a verdade de um texto decorre em grande parte da sua própria leitura, sendo esta fruto de um confronto: o confronto de dois textos: o do autor e o do leitor.

4. O que foi possível concluir

Orientou todo este trabalho uma tese trivial: enunciarmo-la de um modo genérico dizendo que se tudo pode ser ocasião para filosofar, nem tudo é filosofia. Concretizamo-la particularmente ao sustentar que a filosofia e a literatura constituem dois modos diferentes de apropriação do real, sendo erróneo identificá-los.

Seria simplista pretender traçar fronteiras nítidas e estabelecer demarcações redutoras entre os dois discursos em causa¹¹. Contudo, parece-me igualmente perigoso usar indiferentemente o registo literário e o registo filosófico como se fossem permutáveis.

A diferença não reside propriamente nos temas tratados pois na multiplicidade de assuntos que a filosofia e a literatura abordam há um denominador comum, um foco convergente: de ambas podemos dizer que falam do homem e do seu lugar no mundo. Também no que respeita aos meios usados a semelhança é flagrante: filósofos e escritores identificam o real através da linguagem, tomando como horizonte de referência um mundo de coisas e de acontecimentos.

O separar das águas manifesta-se sim na maneira como perspectivam o homem e o mundo e nos objectivos que implícita ou explicitamente se propoem realizar. De facto, a filosofia é busca de sentido tendo como exigência primeira uma linha de fundamentação racional. Mesmo quando opta pela linguagem poética há um fio lógico, visível no seu desenrolar. Mesmo nos casos por demais conhecidos em que o discurso filosófico tradicional é posto em causa defendendo-se outros tipos de discurso ou mesmo o silêncio¹², trata-se de apresentar teses, de demonstrar, provando,

¹¹ Uma posição deste tipo é defendida por Iris Murdoch, «Philosophy and Literature» in *Men of Ideas. Some creators of contemporary philosophy*, org. Brian Magee, Oxford, Oxford University Press, 1989, pp. 229-250.

¹² Veja-se por exemplo Nietzsche ou o último Wittgenstein.

de justificar. Quer se privilegie a vertente argumentativa, justificativa, fundamentadora, problemática ou genericamente hermenêutica da filosofia, optando-se por formas discursivas mais ou menos sistemáticas, o horizonte em que a filosofia se coloca é conceptual. Parafraseando Deleuze, a filosofia trata sempre de conceitos e defende sempre teses¹³.

Sem dúvida que a literatura é um discurso mais solto em que a sugestão, a ficção e a narratividade predominam. A dimensão estética e frutiva constituem o registo onde o escritor se coloca. A sedução é uma constante e o elemento mitificador ou mesmo mistificador é-lhe co-natural. Diferentemente da filosofia que apela para o contexto da tradição e mesmo da história, o contexto da ficção literária é predominantemente linguístico, construindo-se à medida em que o próprio texto se constrói. Tanto a filosofia como a literatura lidam com a experiência humana. Contudo trabalham-na diferentemente. A filosofia reconstrói-a no plano intelectual. A literatura apresenta-a num registo imaginário, mediatizando-a numa narrativa, numa história, em situações forjadas. Daí a pertinência de Iris Murdoch, ao afirmar que a literatura mistifica e a filosofia esclarece¹⁴. É por com ela concordarmos que a declaração de Espinosa a Albert Burgh nos parece ainda manter toda a sua pertinência e actualidade: «não pretendo ter encontrado a melhor filosofia mas sei que encontrei a verdadeira»¹⁵. Ora por muitos sentidos que se possa dar à verdade, o certo é que a filosofia sempre se situou e se situará no seu registo. O que não é o caso da literatura.

Não estabeleçamos pois a confusão no espírito dos alunos ao identificar ambos os géneros. Façamos-lhe sim compreender que há vários caminhos de acesso ao real. E que é na especificidade dessa diferença que a filosofia se constrói.

RÉSUMÉ

LE TEXTE LITTÉRAIRE COMME PROPÉDEUTIQUE AU TEXTE PHILOSOPHIQUE

Il s'agit d'un travail avec les élèves de l'enseignement secondaire, où on a confronté un récit sur un voyage imaginaire et les deux premières méditations de Descartes. L'objectif principal était de prouver la spécificité du discours philosophique et du discours littéraire, tout en montrant ses croisements et ses affinités.

¹³ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *O Que é a Filosofia?*, Lisboa, Presença, 1992, p. 10.

¹⁴ Iris Murdoch, *ob. cit.*, p. 230.

¹⁵ Ep. LXXVI a Albert Burgh, *Spinoza Opera*, Gebhardt, Heidelberg, 1972, IV, p. 320.